

EUROFACTOR Portugal
O seu Parceiro
ao Serviço da Economia Real

Relatório e Contas 2014





Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTEÚDO

- ❖ **Relatório do Conselho de Administração**
- ❖ **Balanço em 31 de Dezembro de 2014**
- ❖ **Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014**
- ❖ **Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2014**
- ❖ **Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) em 31 de Dezembro de 2014**
- ❖ **Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014**
- ❖ **Certificação Legal das Contas**
- ❖ **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Enquadramento macroeconómico nacional e internacional

O passado recente apresenta-nos uma actividade económica menos dinâmica em algumas economias emergentes, em alguns casos devido a estrangulamentos estruturais ao seu crescimento económico. No entanto, na área do euro é esperado um crescimento da actividade económica de 0,8% em 2014, 1% em 2015 e 1,5% em 2016. Esta evolução representa uma recuperação mais gradual do que as observadas em anteriores episódios recessivos.

As atuais projeções divulgadas pelo Banco de Portugal relativamente ao período de 2014 a 2016, apresentam uma economia portuguesa em ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos.

Já em Janeiro de 2015 o Banco de Portugal apresentou projeções que apontam para uma recuperação do PIB em 2014 face a 2013 para níveis de 0,9%. Para 2015 e 2016 a continuidade da recuperação moderada da economia poderá permitir atingir níveis de crescimento do PIB de 1,5% e 1,6% respetivamente.

As exportações continuam a desempenhar o seu importante impacto e contribuição no crescimento da economia, por sua vez o consumo privado registará uma desaceleração face aos períodos anteriores.

O elevado nível de endividamento do sector privado e o processo de consolidação orçamental irá condicionar a evolução da procura interna.

A longo prazo é espectável que o investimento internacional melhore perante o dinamismo das exportações.

Taxas de variação em percentagem	2013(r)	2014(p)	2015(p)	2016(p)
<i>PIB (tvh%)</i>				
Área do euro	-0,4	[0,7; 0,9]	[0,4; 2,6]	[0,4; 2,6]
<i>Portugal</i>	<i>-1,4</i>	<i>0,9</i>	<i>1,5</i>	<i>1,6</i>
<i>Taxa de inflação (tvh%)</i>				
Área do euro	1,4	[0,5;0,5]	[0,2;1,2]	[0,6;2,0]
<i>Portugal</i>	<i>0,4</i>	<i>-0,1</i>	<i>0,7</i>	<i>1,0</i>

(r): Real; (p): Projção.

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico - Dezembro 2014)

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma recuperação gradual da economia portuguesa durante os próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para área do euro.

O desempenho das exportações e a recuperação da procura interna irão desempenhar um papel fundamental na dinâmica da economia portuguesa.

O Mercado e a Concorrência

A contração dos mercados nacional e internacional num ambiente de tensão e o incremento de obstáculos ao nível operacional e fiscal teve, uma vez mais, uma repercussão negativa no Factoring em Portugal, traduzindo-se num decréscimo desta atividade em cerca de 1,3% face a 2013. Refira-se que já em 2013 se tinha registado uma quebra de cerca 3% relativamente ao ano anterior.

Saliente-se no entanto que face a outras fontes de financiamento alternativas, o produto de factoring apresenta maior resiliência à crise, dado ter associado além do respetivo financiamento, a componente de serviço de cobranças e ainda a garantia dos riscos de incobráveis complementadas por uma eficiente informação na gestão da conta clientes das empresas.

Por outro lado, as limitações evidentes no acesso ao crédito pela generalidade das empresas, quer pelo risco que apresentam, quer pelo encarecimento e escassez do financiamento, obrigou a uma gestão mais rigorosa dos clientes elegíveis para parceiros no negócio de factoring.

O destaque deveras positivo é sem dúvida o factoring internacional que registou um crescimento notável de 7,6% com a componente de factoring de exportação a representar 90% do total e a crescer 7% face a 2013.

Créditos Tomados (mil euros)	2013		2014		Var. % (14/13)
Doméstico (incluindo <i>confirming</i>)	19.081.632	88%	18.601.589	87%	-2,5%
Internacional (exportação e importação)	2.603.310	12%	2.802.214	13%	7,6%
	21.684.942	100%	21.403.803	100%	-1,3%

Fonte: Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting

O mercado do *factoring* em Portugal é desenvolvido por 14 instituições. Nas condições atuais de grande falta de liquidez nos mercados, a disponibilidade de *funding* e o respetivo preço e qualidade de serviço passaram, sem dúvida alguma, a ser os fatores decisivos na concorrência entre os vários operadores. No entanto, a dimensão e a rede de distribuição continuam a manter algumas vantagens comparativas, sendo que apenas 3 instituições absorveram cerca de 58% da quota de mercado em 2014, contra 59% em 2013.

O Produto Bruto Bancário (PBB = Total de Juros Ativos e Comissões de Factoring recebidos) em relação aos créditos tomados (CT), ou seja, a margem bruta do negócio do mercado, foi de 0,97% em 2014 e de 1,20% em 2013. Os proveitos brutos totais refletem assim um decréscimo de 21% face a uma contração da atividade de 1,3%, onde contribuiu fortemente a redução acentuada das taxas de juros de mercado.

O Banco de Portugal divulgou os resultados do inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito, que apontam para um ligeiro aumento da procura global de empréstimos durante o quarto trimestre de 2014, sendo espetável que esta procura aumente durante o ano de 2015.

No entanto e como já constatado no último trimestre de 2014, alguns bancos decidiram apostar e facilitar o acesso aos empréstimos e linhas de crédito.

Perspectiva-se que no ano de 2015 os critérios se mantenham menos restritivos, o que irá contribuir para um aumento da concorrência entre instituições bancárias, tendo em consideração as perspectivas para este sector de atividade.

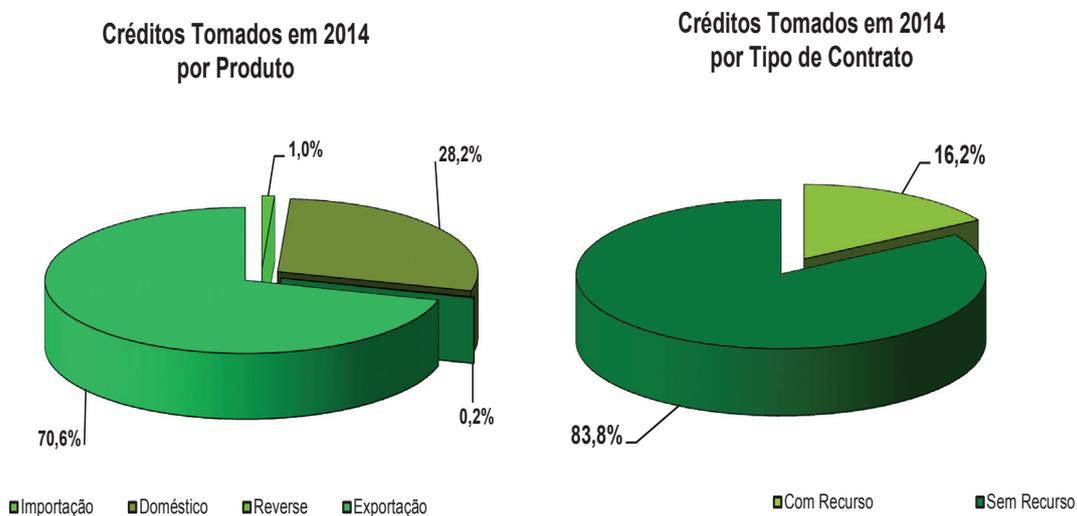
Assim, é esperado que as margens financeiras reduzam por contrapartida dos montantes e duração dos empréstimos ou linhas de crédito que irão aumentar, este aumento será também acompanhado de uma redução das comissões e outros encargos não relacionados com os spreads dos juros.

Atividade e evolução da EUROFACTOR Portugal, S.A.

Mais uma vez e em contraciclo com a evolução negativa do sector, a EUROFACTOR teve em 2014 um crescimento muito importante da sua faturação tomada de 6,8%, enquanto o sector caiu cerca de 1,3%, melhorando assim significativamente a sua quota de mercado passando de 6,9% em 2013 para 7,7% em 2014.

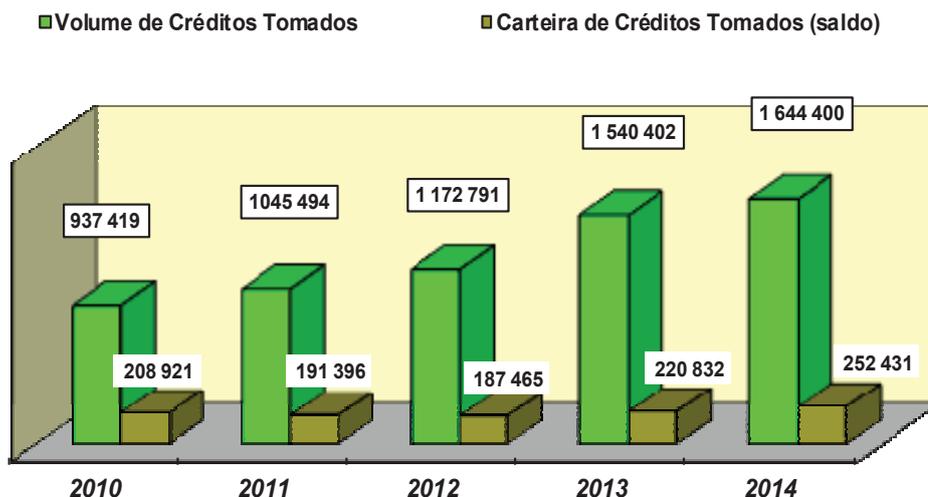
A EUROFACTOR Portugal, líder histórica no produto de Factoring de Exportação vê confirmada e reforçada a sua posição neste segmento, detendo em 2014 uma quota de

aproximadamente 46,2%. Também aqui a EUROFACTOR apresenta uma excelente evolução com um crescimento de facturação tomada de exportação de 7,1% face a 2013.



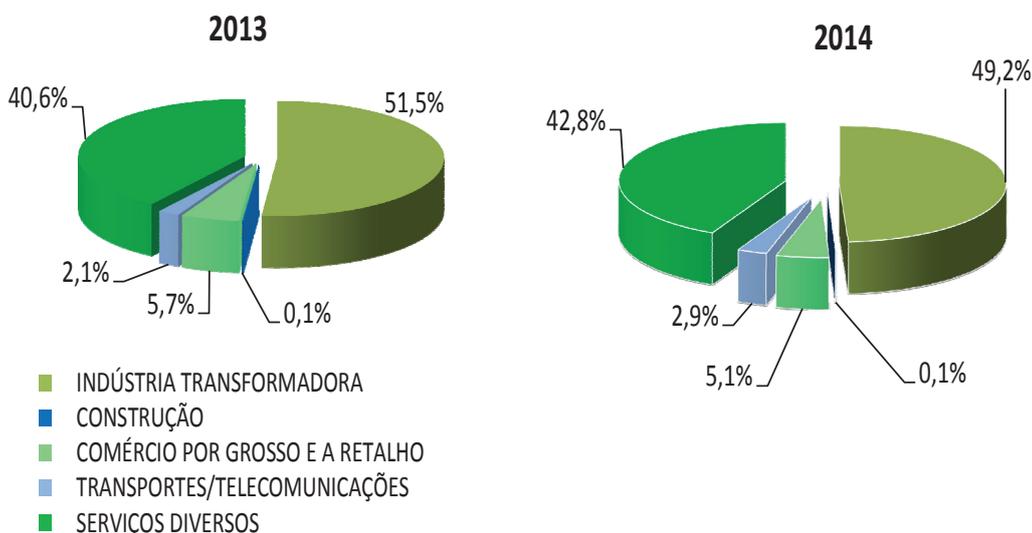
O factoring de exportação da EUROFACTOR é, sem margem para dúvidas uma referência em Portugal, tornando-a num parceiro ao serviço da economia real e apoiando claramente as empresas nas suas exportações.

A evolução dos créditos tomados nos últimos 5 anos, a que corresponde um crescimento médio de 11,90%, foi a seguinte:



(Valores em Milhares de Euros)

Em termos de repartição do negócio por sectores de atividade, a EUROFACTOR registou uma ligeira alteração na estrutura dos seus clientes ficando assim distribuídos conforme se pode observar no gráfico seguinte:



A margem do “produto líquido bancário” sobre os “créditos tomados” manteve-se nos 0,6% em 2014, tal como em 2013, em consequência de uma atitude constante de grande competitividade da Eurofactor Portugal no mercado de factoring.

No decorrer do ano de 2014 a estrutura em meios humanos, registou um aumento no quadro de pessoal de 31 para 32 pessoas, com vista a reforçar a capacidade e qualidade de serviço na área de clientes e operações durante a ausência de uma colaboradora em licença de maternidade.

No ano, foram realizados investimentos num total de 55 mil euros (2013: 46 mil euros), sobretudo relativos software e equipamentos diversos, com destaque para o desenvolvimento de nova plataforma de gestão de risco.

Relativamente a ações de formação, o Grupo proporcionou ao longo do ano encontros especializados nas diversas áreas onde foi possível a troca de experiências com vista à uniformização de processos e melhoria da qualidade dos serviços. Em 2014 o e-learning foi a nova aposta do grupo na área de formação.

Quanto à atividade da EUROFACTOR, no âmbito do controlo e gestão de riscos, é efetuada a remissão para as notas do anexo ao Balanço números 3-v), 3-w) e 3-x), onde são identificados os riscos associados à atividade, sua natureza e extensão.

No que respeita à normalização da atividade pelo Banco de Portugal, as sociedades de factoring deixaram de ser enquadradas como instituição de crédito, passando a integrar a figura de instituição financeira.

Não se verificaram outras alterações substanciais no que respeita ao factoring e à atividade bancária em geral.

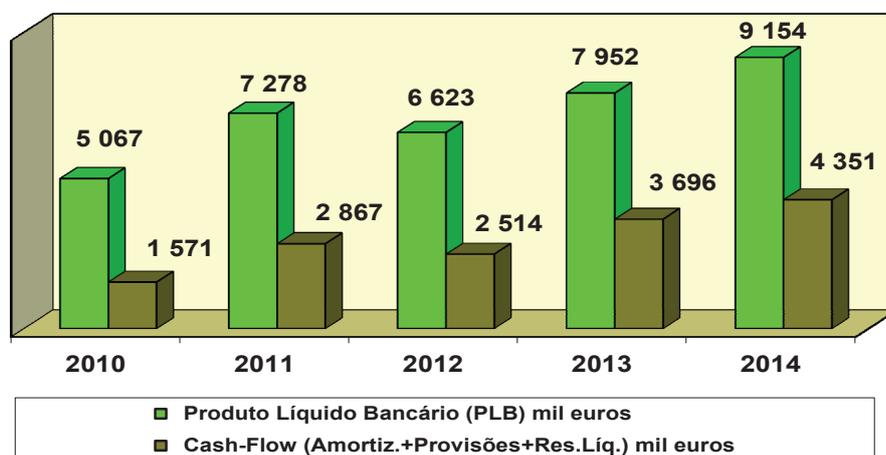
Finalmente cumpre-nos informar que não se registaram factos relevantes após o termo do exercício, nem situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Situação Económica e Financeira

A estrutura económica e financeira da Sociedade refletiu uma melhora significativa em 2014, mais uma vez proporcionada pelo excelente resultado líquido alcançado, atingindo um rácio de solvabilidade enquadrado nas normas do Banco de Portugal.

Num contexto de crise e recessão da economia, o Produto Líquido Bancário (PLB) do exercício de 2014 registou um crescimento de 15% face a 2013, justificado na sua totalidade pelo incremento da atividade comercial e pela boa performance da empresa junto dos seus Clientes.

O *Cash-Flow* de 2014 registou um aumento significativo de 18%, face a 2013 e, conseqüentemente, melhorou a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) no exercício para 16% contra os 15% do ano anterior.



O exercício de 2014 encerrou com um resultado líquido positivo de 4,050 milhões de euros (2013: resultado líquido positivo de 3,257 milhões de euros), isto é, um crescimento de 24% face a 2013.

A evolução do resultado operacional no período de 2010 a 2014, à exceção de 2012, teve um forte crescimento, com destaque para o ano de 2011, com um crescimento de 88% face a 2010:

	2010	2011	2012	2013	2014
Resultados Operacionais (mil euros)	1984	3736	3276	5003	5961
Varição anual (%)	18%	88%	-12%	53%	19%

A produtividade dos meios de produção utilizados (humanos, técnicos e financeiros) expressa pelo coeficiente de exploração é excelente ((Total de Custos Operativos)/(Produto Líquido Bancário)) e melhorou ainda um pouco passando de 0,30% para 0,28% entre 2013 e 2014, influenciando positivamente os resultados operacionais alcançados assim como a eficiência dos meios utilizados.

Perspetivas para 2015 e 2016

As projeções do Banco de Portugal para os próximos dois anos apontam para uma recuperação moderada da atividade para 2015 e 2016, após a contração verificada no período de 2011 a 2013, estimando um crescimento de 1,5 % da atividade económica para 2015.

Este ritmo de crescimento continuará moderado, aumentando ligeiramente em 2015 e 2016 permitindo atingir um aumento da atividade económica de 1,6% em 2016.

O crescimento da atividade económica deverá ser sustentada pelo crescimento robusto das exportações e a aceleração da formação bruta de capital fixo em 2015 e 2016, assim como de um aumento do rendimento real disponível via redução do preço das matérias-primas. Ao longo do horizonte de previsão, espera-se ainda uma maior facilidade no acesso ao crédito.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Propomos que o resultado positivo de € 4.049.822,85 (quatro milhões quarenta e nove mil oitocentos e vinte e dois euros e oitenta e cinco cêntimos), apurado no exercício de 2014, seja aplicado da seguinte forma :

Reserva Legal	404.982,29
Reserva Especial	202.491,13
Dividendos	0,00
Resultados Transitados	3.442.349,43

Governo Societário

Um modelo de governo societário transparente e a divulgação de informação atual, completa e frequente sobre as atividades societárias, são aspetos cada vez mais estruturantes e indutores das decisões de investimento dos Acionistas.

As regras e a estrutura de governo da Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), foram definidas com o propósito de garantir uma governação responsável e orientada para a criação de valor. O modelo de governo societário baseia-se em valores centrados na transparência da divulgação da informação, na definição de objetivos estratégicos claros, no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia e na existência de processos de monitorização, fiscalização e de *Compliance*, tanto interna como externamente.

A EUROFACTOR como instituição de crédito especializada com o objeto da atividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

Capital

O capital é de catorze milhões de euros, dividido em dois milhões e oitocentas mil ações, com valor nominal por ação de cinco euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo o CAL&F (CREDIT AGRICOLE LEASING & FACTORING, SA), o único acionista, detendo 100,00% do capital à data de 31/12/14. As ações são representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil ações.

Estrutura de órgãos sociais

O modelo de governo societário rege-se pela seguinte estrutura de órgãos sociais: Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas reúne pelo menos uma vez por ano e tem como principais competências proceder à apreciação e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de cada exercício, deliberar sobre a distribuição de resultados e proceder à eleição dos órgãos sociais, a qual é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal único entendam conveniente. Deve ainda ser convocada sempre que o acionista único o requeira.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar da data do encerramento do exercício e salvo se diferentemente for deliberado em assembleia geral para o efeito convocada, os acionistas terão, na proporção das ações que possuírem, direito de preferência nos aumentos de capital, quer na subscrição de novas ações, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito a voto, ou seja, pelos acionistas que reúnam cumulativamente as seguintes condições (i) possuir um número de ações não inferior a 100; e (ii) ter desde o 20.º dia anterior ao da reunião da assembleia geral averbadas em seu nome as ações com base nas quais se apresenta a participar na Assembleia Geral.

A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação, salvo diferente disposição legal imperativa, a assembleia geral só poderá funcionar e deliberar quando nela estejam presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, 75% do total das ações. Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá funcionar e deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados.

Relativamente à votação a cada grupo de 100 ações corresponde um voto, e as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos apurados em cada reunião, salvo quando a lei ou os estatutos exigirem maioria qualificada.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de entre os acionistas ou não, por três anos, sendo sempre permitida a reeleição.

b) Funções do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, que de entre eles designará o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão superior de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os atos legalmente considerados, como de exercício de poderes de gestão. Poderá ainda delegar parte dos seus poderes numa comissão executiva composta por um número ímpar de administradores e poderá ainda encarregar uma ou mais pessoas, acionistas ou não, da execução temporária ou permanente de determinados atos de administração, conferindo-lhes para tanto os respetivos mandatos, mediante resolução que tome para esse efeito constante de ata.

Por deliberação do Conselho de Administração, a sede social poderá ser livremente mudada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá ainda deliberar a abertura ou encerramento de sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em Portugal ou no estrangeiro. Este órgão está ainda autorizado a, após parecer favorável do Fiscal Único, aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao limite de vinte e cinco milhões de euros.

As reuniões do Conselho de Administração terão lugar na sede da sociedade ou em outro local, para o efeito escolhido, podendo realizar-se com recurso a meios telemáticos, nos termos previstos no nº. 410 do Código das Sociedades Comerciais, o qual reunirá ordinariamente com uma periodicidade mínima trimestral, em datas a fixar por acordo dos seus membros para cada ano civil e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, ou por dois outros vogais do Conselho.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador impedido de comparecer à reunião fazer-se representar por outro administrador ou votar por correspondência.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

c) Funções do Fiscal Único

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, e um Suplente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

O atual Fiscal Único da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, é a Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, tendo como função a fiscalização da Sociedade.

O Fiscal Único e o seu Suplente podem ser ou não acionistas, mas deverão ter a qualidade de revisores oficiais de contas ou de sociedades revisoras de contas, enquanto a lei o exigir. O Fiscal Único e o seu Suplente manter-se-ão em funções até à sua substituição efetiva.

Remunerações dos órgãos sociais

O regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, está enquadrado pela Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a qual é aprovada em Assembleia Geral.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração está estabelecido que os administradores serão remunerados pelo modo estabelecido em Assembleia Geral, sendo que a remuneração pode consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício anterior, a qual, na sua globalidade, não deverá exceder dois por cento.

Quanto ao Fiscal Único este será remunerado pela forma que a Assembleia Geral determinar, de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob a supervisão do Conselho de Administração.

Relativamente aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, os mesmos não são remunerados, tendo em conta a Sociedade e as práticas de mercado.

Sistemas de Controlo Interno e de Gestão do Risco

Ao Conselho de Administração compete aprovar, no âmbito da estratégia da EUROFACTOR Portugal, a política geral de atividade da Sociedade. Nas reuniões trimestrais deste órgão, são analisadas e discutidas nomeadamente a atividade da Sociedade, com base nos indicadores chave do negócio, o nível de assinaturas e rescisões de contratos, o nível de provisionamento, a análise de dossiers de crédito sensíveis e outros assuntos relevantes em cada momento.

O Risco de Crédito bem como o Risco Operacional continuam a ser os riscos relevantes na atividade da Sociedade, pelo que a aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos no manual de crédito em vigor. Estão definidos pelo acionista os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de crédito de acordo com as características específicas de cada um.

A Sociedade não tem contratualizado instrumentos derivados. A gestão do seu risco financeiro é efetuada numa base diária tendo em consideração a tipologia das operações desenvolvidas pela Sociedade e é também efetuado um acompanhamento sólido ao nível da liquidez da Sociedade, com base no qual são definidos os níveis de endividamento a negociar. Dadas as características da Sociedade, bem como a sua estrutura acionista, existe flexibilidade em ajustar o nível de liquidez, sempre que tal se venha a revelar necessário.

Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração de presente relatório, não se registaram outros factos relevantes susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota final

O Conselho de Administração deseja expressar os seus melhores agradecimentos :

- Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Portugal pela disponibilidade demonstrada ;
- A todos os Clientes, Fornecedores, Bancos e Parceiros de negócios que nos distinguiram pela sua preferência ;
- Aos Grupos Credit AGRICOLE, S.A., CAL&F e a todos os seus colaboradores pela atitude participativa no acompanhamento da vida desta Sociedade ;
- Aos membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração e apoio manifestados ;
- A todos os colaboradores da EUROFACTOR Portugal pelo contributo e desempenho demonstrado ao longo do ano.

Lisboa, 10 de Março de 2015

O Conselho de Administração :

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Aurange BOUCQUEY

Balanço em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2014

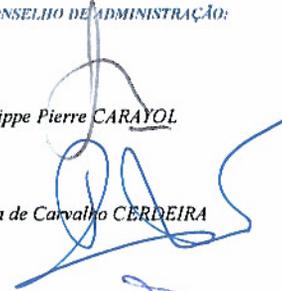
unidade: €

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, impairidade e amortizações	Provisões, impairidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3=1-2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.a	742,27		742,27	1.077,98
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.b	6.592.356,81		6.592.356,81	1.490.717,21
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.c	6.251,71	5.251,71	1.000,00	1.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda				0,00	0,00
Crédito a clientes	3.d	252.431.056,69	4.134.085,08	248.296.971,61	216.319.555,44
Ativos não correntes detidos para venda	3.ab)	62.600,00		62.600,00	
Outros ativos tangíveis	3.e	467.460,48	421.390,92	46.069,56	53.406,86
Ativos intangíveis	3.e	582.590,00	552.204,22	30.385,78	6.497,54
Ativos por impostos correntes		0,00		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	3.f	1.079.422,11		1.079.422,11	927.928,76
Outros ativos	3.g	3.146.785,55		3.146.785,55	1.652.265,92
Total de Ativo		264.369.269,62	5.112.831,93	259.256.333,69	220.452.449,71
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	3.h			201.475.554,55	162.367.748,82
Provisões	3.i			1.852.384,05	1.551.961,00
Passivos por impostos correntes	3.u			0,00	0,00
Outros passivos subordinados				0,00	0,00
Outros passivos	3.j			26.811.315,19	31.485.482,64
Total de Passivo				230.139.253,79	195.365.192,66
Capital					
Capital	3.k			14.000.000,00	14.000.000,00
Reservas de reavaliação				0,00	0,00
Outras reservas e resultados transitados	3.k			11.067.257,05	7.810.327,08
Resultado do exercício	3.k			4.049.822,85	3.256.929,97
Dividendos antecipados					
Total de Capital				29.117.079,90	25.067.257,05
Total de Passivo + Capital				259.256.333,69	220.452.449,71

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):


 Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:


 Philippe Pierre CARAYOL


 Olga de Carvalho CERDEIRA


 Eugénie Aurange BOUCQUEY

Demonstração de Resultados em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2014

€

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	3.n	9.410.713,07	8.553.481,87
Juros e encargos similares	3.n	684.714,22	1.129.402,59
Margem financeira	3.n	8.725.998,85	7.424.079,28
Rendimentos de serviços e comissões	3.o	169.570,88	195.827,16
Encargos com serviços e comissões	3.o	549.896,71	535.275,72
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	3.p	0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	3.p	0,00	0,00
Resultados de alienação de outros ativos	3.p	0,00	4.000,00
Outros resultados de exploração	3.q	179.521,21	287.427,47
Produto bancário		8.525.194,23	7.376.058,19
Custos com pessoal	3.r	1.266.840,36	1.230.350,53
Gastos gerais administrativos	3.r	1.259.431,83	1.114.736,70
Amortizações do exercício	3.t	38.241,31	28.028,54
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.d,3.i	300.423,05	329.429,12
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.d,3.i	-37.682,49	81.646,49
Resultado antes de impostos		5.697.940,17	4.591.866,81
Impostos			
Correntes	3.u	1.799.610,67	1.475.001,49
Diferidos	3.u	151.493,35	140.064,65
Resultado após impostos		4.049.822,85	3.256.929,97
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		4.049.822,85	3.256.929,97

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):



Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:



Philippe Pierre CARAYOL



Olga de Carvalho CERDEIRA



Eugénie Aurange BOUCQUEY

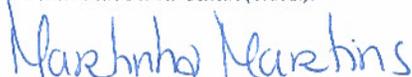
Demonstração dos Fluxos de Caixa em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2014

unidade: €

	31/12/14	31/12/13
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	9.580.284	8.749.309
Juros, comissões e outros custos pagos	(1.264.514)	(1.646.803)
Recuperação de crédito e juros vencidos	301.825	157
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(2.783.668)	(2.435.327)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	102.432	287.271
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	5.936.358	4.954.806
Diminuições (aumentos) em activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Créditos a clientes	(32.227.069)	(33.475.925)
Outros activos e outras contas de regularização	(693.783)	(47.502)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(32.920.852)	(33.523.427)
Aumentos (diminuições) em activos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	39.137.709	19.999.533
Recursos de clientes	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-
Outros passivos e outras contas de regularização	(5.067.769)	650.242
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	34.069.940	20.649.775
Contribuições para fundos de pensões	-	-
Pagamento de impostos sobre lucros	(1.929.350)	(958.919)
	5.156.096	(8.877.765)
Actividades de investimento		
Aquisições de imobilizações corpóreas	(13.218)	(38.487)
Vendas de imobilizações corpóreas	-	-
Aquisições de imobilizações incorpóreas	(41.574)	(7.934)
Alienação de imobilizações	-	4.000
Aquisição de acções (Participação IFG)	-	-
Aquisição de acções próprias	-	-
	(54.792)	(42.420)
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento		
Aumentos de capital	-	4.000.000
Empréstimo subordinado	-	-
Distribuição de dividendos	-	-
	-	4.000.000
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	5.101.304	(4.920.185)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.491.795	6.411.980
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.593.099	1.491.795

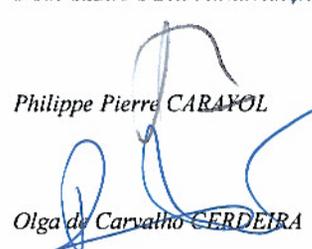
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):



Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:



Philippe Pierre CARAYOL



Eugénie Aurange BOUCQUEY





EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

Sede: Av. Duque de Ávila, 141 - 3º Dtº - 1050-081 LISBOA

Capital Social: 14.000.000 €

Contribuinte n.º 502 733 209

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 03284/920

Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) a 31 de Dezembro de 2014

unidade: €

	Capital	Outros movimentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (NCA)	10.000.000,00	0,00	0,00	5.845.622,19	1.964.704,89	17.810.327,08
Aumento de capital	4.000.000,00					4.000.000,00
Resultado gerado no exercício de 2013					3.256.929,97	3.256.929,97
Aplicação dos resultados do exercício anterior				1.964.704,89	-1.964.704,89	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (NCA)	14.000.000,00	0,00	0,00	7.810.327,08	3.256.929,97	25.067.257,05
Aumento de capital						0,00
Resultado gerado no exercício de 2014					4.049.822,85	4.049.822,85
Aplicação dos resultados do exercício anterior				3.256.929,97	-3.256.929,97	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2014 (NCA)	14.000.000,00	0,00	0,00	11.067.257,05	4.049.822,85	29.117.079,90

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Anrange BOUCQUEY

EUROFACTOR Portugal – Sociedade de Factoring, SA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em euros (€))

ÍNDICE

0 – Introdução

1 – Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

b) Comparabilidade da informação

c) Principais políticas contabilísticas

- 1) Geral
- 2) Ativos tangíveis (IAS 16)
- 3) Ativos intangíveis (IAS 38)
- 4) Crédito a clientes e valores a receber
- 5) Imparidade
- 6) Ativos e passivos em moeda estrangeira
- 7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)
- 8) Prémios de antiguidade (IAS 19)
- 9) Ações próprias (IAS 32)
- 10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)
- 11) Remuneração variável em ações – RVA (IFRS 2)
- 12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)
- 13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)
- 14) Responsabilidades por férias e subsídios de férias
- 15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas
- 16) Caixa e equivalentes de caixa
- 17) Ativos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

2 – Relato por segmentos (IFRS 8)

- a) Segmentos geográficos
- b) Segmentos por linhas de negócio

3 – Notas

- a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais
- b) Disponibilidades em outras instituições de crédito
- c) Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados
- d) Crédito a clientes
- e) Outros Ativos tangíveis e Ativos intangíveis
- f) Ativos por impostos diferidos
- g) Outros Ativos
- h) Recursos de outras instituições de crédito
- i) Provisões
- j) Outros passivos
- k) Capital
- l) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma
- m) Contas extrapatrimoniais
- n) Margem financeira
- o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões
- p) Resultados líquidos diversos
- q) Outros resultados de exploração
- r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos
- s) Efetivos
- t) Amortizações do exercício
- u) Impostos
- v) Risco de crédito (IFRS 7)
- w) Risco de liquidez (IFRS 7)
- x) Risco cambial (IFRS 7)
- y) Análise de sensibilidade ao risco
- z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização
- aa) Transações com partes relacionadas
- ab) Ativos não correntes detidos para venda
- ac) Caixa e equivalentes de caixa
- ad) Consolidação de contas

0 – Introdução

A EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), como instituição financeira de crédito especializado com o objeto da atividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

A Sociedade foi constituída em 28 de fevereiro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em abril do mesmo ano.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 10 de março de 2015.

Na elaboração deste anexo, tomaram-se em consideração as notas de divulgação em cumprimento das normas do Banco de Portugal, assim como, as normas internacionais de relato financeiro (IAS e IFRS) aplicáveis. As normas não referidas ou omitidas, por não aplicáveis ou por não serem relevantes, não prejudicam a qualidade e quantidade das divulgações necessárias à boa compreensão e entendimento das demonstrações financeiras.

1 - Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais da EUROFACTOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, e definidas pelas Instruções nº 18/2005 e nº 23/2004.

O ponto 2 da Instrução nº 18/2005 estabelece os modelos de demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados), para as instituições de reporte em base individual e, bem assim, que as notas anexas a essas demonstrações financeiras devem ser elaboradas em conformidade com as exigências previstas nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's), quando aplicáveis e tendo em consideração o critério da materialidade, exceto quanto às matérias regulamentadas pelo nº 3.º do Aviso nº 1/2005, em que são aplicadas as notas anexas às contas previstas na Instrução nº 4/96.

b) Comparabilidade da informação

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afetem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

c) Principais políticas contabilísticas

1) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NCA que correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), excetuando os seguintes pontos:

- i) O crédito a clientes está sujeito à constituição de provisões específicas e genéricas, que não poderão ser inferiores ao mínimo de referência nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005;
- ii) Os ativos tangíveis continuarão a ser valorizados ao custo de aquisição, salvo quando se realizem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias serão registadas em reservas legais de reavaliação;
- iii) O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de dezembro de 2005, situação não aplicável à Sociedade.

Em 2014 relativamente à IAS1 revista, por não ser aplicável, a Sociedade não procedeu à elaboração da Demonstração de Rendimento Integral.

As demonstrações financeiras da EUROFACTOR são expressas em euros. A conversão de ativos e passivos geridos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio à data do balanço.

2) Ativos tangíveis (IAS 16)

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui, para além do preço de compra, com o IVA não recuperável, as despesas diretamente imputáveis à compra. Não foram efetuadas quaisquer reavaliações até à data de encerramento de contas.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função da taxa máxima permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente ao período que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em edifícios arrendados	8 a 15
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

Os ganhos e as perdas nas alienações de Ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor contabilístico, são contabilizados em “Resultados de alienação de outros Ativos”.

3) Ativos intangíveis (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. Em resultado da aplicação das NCA, as despesas com publicidade, investigação, formação e outras, são registadas diretamente em custos.

Compreendem fundamentalmente os custos de programação informática e de estabelecimento.

Os ativos intangíveis são amortizados, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função das taxas máximas permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente à vida útil esperada dos mesmos que, em termos médios, é de três anos.

Até à data não foram reconhecidos pela EUROFACTOR quaisquer ativos intangíveis geridos internamente.

4) Crédito a clientes e valores a receber

É constituído por ativos decorrentes de operações de factoring e representam os créditos tomados “sem recurso” até aos limites de cobertura de risco de cobrança e os montantes antecipados sobre a faturação tomada “com recurso”, tendo por contrapartida no passivo a rubrica “credores por operações de factoring” e em extrapatrimonial “contratos com recurso - faturas não financiadas”.

A regularização do saldo destas rubricas, ocorrerá à medida que as faturas forem liquidadas.

Estes créditos estão valorizados pelo seu valor nominal, conforme estabelece o nº 3º, nº 2, a) do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As provisões para risco de crédito são calculadas nos termos da versão atual do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, e no mínimo incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito vencido (entre 1% e 100%) em função da classe de risco e da existência ou não de garantia; e
- (ii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito tomado não vencido, incluindo o representado por garantias não bancárias e avales prestados, deduzido do (i) crédito tomado sobre o Setor Público Administrativo, (ii) crédito suportado por garantias bancárias e (iii) crédito que tenha sido objeto de provisão específica.

O valor global das provisões da EUROFACTOR, que em 31 de dezembro de 2014 ascende a €5.986.469 (2013 €6.064.291) é, nas atuais circunstâncias, considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de risco de cobrança (ver Nota 3 – d).

O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Os valores a receber relativos a juros são objeto de uma contabilização autónoma na conta de resultados e são reconhecidos quando obtidos por períodos mensais, segundo a regra *pró-rata temporis*. Quanto às comissões, sempre que aplicável, são periodificadas ao longo da vigência dos créditos por imputação mensal.

5) Imparidade

Genericamente, como define o IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando exista evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado. Esses eventos podem ser tais como: atrasos no pagamento de capital ou juros, probabilidade de falência, etc.

Conforme referido na alínea anterior a avaliação da imparidade é efetuada em base individual e de periodicidade mensal, semestral ou anual, consoante os montantes de responsabilidades envolvidos e o surgimento de indicadores de alerta. Nessa avaliação são considerados os seguintes fatores:

- Exposição global do cliente face à EUROFACTOR e outras instituições;
- Notação de risco interno e de empresas especializadas; e, atualização e apreciação da(o):
 - i) Situação económico-financeira do cliente;
 - ii) Risco do setor de atividade em que se insere;
 - iii) Qualidade da gestão do cliente;
 - iv) Qualidade da informação contabilística apresentada;
 - v) Natureza e montante das garantias prestadas; e
 - vi) Crédito em situação de incumprimento superior a 90 dias.

Esta análise determinará se as provisões mínimas específicas do Aviso nº 3/95 serão suficientes ou se será necessário um reforço para manter o valor realizável do crédito no montante adequado.

6) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são geridos na própria moeda segundo sistema *multi-currency*, isto é, nas respetivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio informado pela International Factors Group aos seus membros, por sua vez disponível no *site* “Bloomberg.com”.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

A EUROFACTOR não dispõe de fundo de pensões e de sobrevivência. A totalidade dos colaboradores está abrangida pelo Sistema de Segurança Social.

No entanto, a EUROFACTOR dispõe de um seguro-grupo que garante à generalidade dos colaboradores, no momento da sua reforma aos 65 anos, um complemento correspondente a 14 vezes do salário em vigor nesse momento.

O custo anual para cobertura das responsabilidades relativas à manutenção e reforço do fundo que suporta o complemento de pensões de reforma, é determinado com base em estudos atuariais efetuados por uma seguradora, a qual tem, também, a seu cargo a gestão desse fundo de pensões constituído facultativamente pela Sociedade, sendo o respetivo encargo registado na rubrica de custos com o pessoal (ver Nota 3-l).

8) Prémios de antiguidade (IAS 19)

A EUROFACTOR não está sujeita ao Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário Português, não tendo por isso quaisquer responsabilidades por prémios de antiguidade a atribuir aos seus colaboradores.

9) Ações próprias (IAS 32)

Não aplicável.

10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)

a) Classes de instrumentos financeiros

O ativo da Sociedade apresenta como instrumento financeiro relevante, o ativo financeiro designado por “Crédito a clientes”.

Quanto às divulgações qualitativas, quantitativas e da maturidade dos “Créditos a clientes”, ver nota 3-d).

No Passivo, o instrumento financeiro relevante, é apresentado como passivo financeiro e designado por “Recursos de outras instituições de crédito”.

Quanto à quantificação e maturidade dos “Recursos de outras instituições de crédito”, ver nota 3-h).

b) Significado dos instrumentos financeiros na posição financeira e desempenho da atividade da Sociedade

O ativo financeiro “Crédito a clientes” representa 96% do ativo da Sociedade e está suportado nos passivos financeiros “Recursos de outras instituições de crédito” (ver nota 3-h)), “Credores por contratos de factoring” (ver nota 3-j)) e nos capitais próprios.

Esses passivos financeiros representam 88% do passivo (2013: 83%).

O instrumento financeiro ativo apresenta-se mensurado ao justo valor pela utilização de provisões adequadas para fazer face à imparidade por perdas de crédito (ver nota 3-c)).

Os juros pagos e recebidos inerentes à gestão do instrumento financeiro e passivos financeiros associados estão avaliados ao justo valor pela via dos resultados.

Os passivos financeiros estão mensurados em conformidade com a descrição na nota 3-c).

c) Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

O ativo financeiro “Crédito a clientes” em conexão com os passivos financeiros inerentes, está sujeito aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito: O risco de crédito está associado a situações de insolvência dos aderentes e ou devedores, relativamente aos valores financiados sobre as faturas em cobrança;

- Riscos liquidez: Tem origem nos diferentes períodos de rotação dos fluxos financeiros de pagamentos e recebimentos;

- Riscos taxa de juro: Diferenças no tempo de ajustamento das taxas de juro dos recursos tomados e o crédito concedido. Ver análise de sensibilidade na nota 3-y);

- Riscos de câmbios: Advêm da diferente cobertura em divisas entre ativos e passivos.

A Sociedade dispõe de um manual de gestão onde estão definidos, aos diversos níveis da estrutura, os procedimentos adequados, face ao perfil de cada

operação, visando prevenir e resolver as diferentes situações supervenientes de risco.

Em reforço das medidas preventivas, regra geral, a Sociedade dispõe de um seguro de crédito, que cobre os riscos de insolvência até 90% das responsabilidades inerentes ao “Crédito a clientes”.

Nas notas 3-v), 3-w) e 3-x), são relevados os aspetos quantitativos relativos ao risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial, respetivamente, a que a Sociedade se encontra exposta.

O rácio de solvabilidade mínimo para as instituições de crédito, definido pelo Banco de Portugal, é de 10%, determina o montante máximo de exposição ao risco de crédito. A 31 de dezembro de 2014, o rácio de solvabilidade antes da inclusão dos resultados aprovados era de 10,3% (2013: 10,8%).

De acordo com aplicação dos resultados líquidos a 31 de dezembro de 2013, o rácio atingiu os 12,5% e em 31 de dezembro de 2014 com a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido de 2014 o rácio ficará acima do limite mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

11) Remuneração variável em ações – RVA (IFRS 2)

Não aplicável.

12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)

Não aplicável.

13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)

A atividade da EUROFACTOR está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O IRC é calculado na base dessa legislação aplicável e o seu pagamento é efetuado com base em declarações de autoliquidação, as quais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam.

Os prejuízos fiscais de determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros fiscais dos seis anos seguintes, exceto se houver mudança de objeto social ou se alterar substancialmente a natureza da atividade exercida.

Nas situações em que existam diferenças temporárias entre as quantias consideradas para efeitos fiscais e as constantes das demonstrações financeiras, são registados os respetivos impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias futuras.

Os impostos diferidos ativos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor, incluindo a derrama, em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo.

Os impostos diferidos são relevados em resultados exceto os que se relacionam com valores registados diretamente em capitais próprios, nomeadamente, embora não aplicável, os ganhos e perdas em ações próprias e em títulos disponíveis para venda (ver Nota 3-u)).

14) Responsabilidade por férias e subsídio de férias

O valor da responsabilidade por férias e subsídio de férias e respetivos encargos de 2014 e 2013, a pagar no ano seguinte, foi imputado como custo desses exercícios, por contrapartida da rubrica "Contas de regularização" apresentada no passivo.

15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

- O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.
- As responsabilidades por seguro de complemento de reforma, são estimadas com base em tábuas atuariais e no pressuposto de crescimento dos salários. Pressupostos baseados nas expectativas que a seguradora tem para o período durante o qual irão ser pagos os complementos de reforma.
- Os impostos diferidos ativos foram calculados com base na legislação fiscal atual. Alterações e diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura.

16) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de constituição da operação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

17) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos. Os ativos (ou grupo de alienação) devem estar disponível para venda imediata e sua venda deve ser altamente provável.

São classificados em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de créditos, que se encontram mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor líquido de custos de venda.

O Justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliação dos imóveis.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada pelo menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de vendas, não sendo sujeitos a depreciação.

2 - Relato por segmentos (IFRS 8)

a) Segmentos geográficos

A EUROFACTOR desenvolve a sua atividade de factoring (produto/serviço incluído na banca comercial), no mercado doméstico que corresponde às operações desenvolvidas com aderentes e respetivos devedores sediados em Portugal e a atividade internacional que se subdivide em “export”, quando o aderente é nacional e os devedores são estrangeiros, e “import”, quando os devedores são nacionais e o fator correspondente está sediado no exterior. No mercado internacional, as operações desenvolvem-se sobretudo com países da União Europeia.

b) Segmentos por linhas de negócio

O único segmento de negócio que a EUROFACTOR se dedica é ao da Banca Comercial e dentro deste, especificamente, ao serviço de factoring. Todos os resultados, apresentados nas demonstrações financeiras, têm origem neste negócio.

3 - Notas

a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Caixa	742	1.078
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	-	-
	<u>742</u>	<u>1.078</u>

b) Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2013</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	6.140.985	899.198
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	451.372	591.519
Juros a receber	-	-
	<u>451.372</u>	<u>591.519</u>
	<u>6.592.357</u>	<u>1.490.717</u>

c) Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos que se encontram registados no Balanço da Sociedade ao custo amortizado são:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem e de muito curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são as taxas do mercado;
- Crédito a clientes – é constituído por contratos de maturidades reduzidas sendo os adiantamentos remunerados a taxas de juro que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, ou o seu valor ajustado por um prémio de liquidez associado ao desconto antecipado das faturas cedidas, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico;
- Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - a Sociedade não detém uma carteira de títulos, existindo apenas uma participação financeira inferior a 10% na IF International Factors Group SG, no montante líquido de €1.000, a qual se encontra refletida no balanço ao custo de aquisição (que corresponde ao respetivo valor nominal), deduzido de uma provisão para desvalorizações de carácter permanente e que ascende a €5.252. A diferença para a valorização desta participação segundo o método da equivalência patrimonial não é significativa;
- Débitos para com instituições de crédito – são constituídos maioritariamente por tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado;
- Outros passivos – encontram-se registados nesta rubrica as responsabilidades com adiantamentos efetuados por conta de contratos de factoring com recurso. Ver ponto acima sobre Crédito a clientes.

d) Crédito a clientes

Estes créditos apresentam em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Crédito vincendo:		
Crédito interno:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	261.141	1.227.786
Sem recurso	<u>73.783.482</u>	<u>65.010.763</u>
	<u>74.044.623</u>	<u>66.238.549</u>
Crédito ao exterior:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	1.092.909	2.132.573
Sem recurso	<u>150.518.168</u>	<u>129.503.245</u>
	<u>151.611.077</u>	<u>131.635.818</u>
	<u>225.655.700</u>	<u>197.874.367</u>
Crédito e juros vencidos:		
Crédito a clientes		
Empresas e administrações públicas		
Até 3 meses	23.069.870	18.593.590
De três meses a um ano	142.185	139.138
De um ano a três anos	40.833	785.328
Mais de três anos	<u>3.522.469</u>	<u>3.439.463</u>
	<u>26.775.357</u>	<u>22.957.519</u>
Total bruto	<u>252.431.057</u>	<u>220.831.885</u>
Menos:		
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	4.134.085	4.512.330
Provisão para risco país	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.134.085</u>	<u>4.512.330</u>
Total líquido	<u>248.296.972</u>	<u>216.319.555</u>

Provisões para perdas de crédito a clientes:

Saldos, movimentos e decomposição das contas de provisões para riscos específico de crédito:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Saldo a 1 de Janeiro	<u>4.512.330</u>	<u>4.539.996</u>
Dotações	249.653	186.213
Transferências	-	-
Utilizações	(340.562)	(109.313)
Anulações	<u>(287.336)</u>	<u>(104.566)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4.134.085</u>	<u>4.512.330</u>

Nota: De acordo com as Instrução nº 2/98, emitida pelo Banco de Portugal, o crédito tomado "com recurso" não financiado é registado na conta extrapatrimonial "995 - Contratos com recurso/Faturas não financiadas".

Garantias reais: Alguns contratos de cedência de créditos têm associadas garantias reais. O crédito em Balanço com garantias reais (hipotecas sobre imóveis) em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Contratos com recurso	994.839	984.000
Contratos sem recurso	-	-

Créditos garantidos por seguro de crédito:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Crédito sob seguro de crédito	230.716.943	195.732.018

Créditos renegociados: A Sociedade não tem em carteira créditos cujos termos tenham sido renegociados, tal como o definido pelo Banco de Portugal, caso contrário estariam vencidos ou em imparidade.

Na sociedade são aplicadas várias políticas e procedimentos que permitem obter informação sobre o perfil de risco da instituição.

Conforme definido no Guia de crédito e atribuição de rating interno de clientes. O Risco Cliente é determinado pela análise das suas Demonstrações Financeiras e classificação de rácios financeiros (notação quantitativa) e da classificação de determinados factores subjectivos (sector de actividade, qualidade da gestão, etc.) ambos ponderados e dando origem a um rating interno. O departamento de controlo interno e risco local calcula o rating interno do cliente. No quotidiano com os clientes e devedores existem uma série de procedimentos que podem dar origem a alertas (p.e.: contactos nas cobranças, sondagens, análise de pagamentos directos, etc.).

De acordo com políticas da casa-mãe, um crédito é classificado como em incumprimento a partir do momento em que o devedor após 90 dias da data de vencimento da(s) factura(s), não procede ao respectivo pagamento da mesma(s).

O conceito de Exposure at Default numa determinada data, tem em conta a totalidade da exposição associada a um cliente e/ou a um determinado devedor, sendo identificado no detalhe da carteira de crédito.

Os clientes são acompanhados de forma sistemática e permanente. Os procedimentos instituídos incluem a verificação de incidentes, os prazos médios de recebimento, situação junto das entidades tributárias, análise de movimentos credores no contrato, contactos com os devedores, etc.. Nas situações em que são despoletados alertas é efectuada uma avaliação da situação e um acompanhamento mais detalhado do cliente, podendo vir a ser colocado na watchlist.

Tendo em consideração a natureza do crédito concedido, não é considerado qualquer período emergente.

Os critérios para a segmentação da carteira de crédito estão incluídos no modelo de análise de provisões económicas, nomeadamente verificando o comportamento histórico dos créditos incluídos em classes temporais de acordo com o seu incumprimento.

O desconto temporal não é aplicável, tendo em consideração a natureza do crédito concedido, garantias obtidas e prazos de recuperação associados.

A sociedade não aplica taxas de desconto dos cash-flows, tendo em consideração a natureza do crédito: créditos de muito curto prazo.

De acordo com normas do Banco de Portugal, a suspensão de juros corridos é efectuada em 3 meses.

A reversão de imparidade regista-se quando se verifique a melhoria do risco e recuperação do crédito.

Existem linhas de orientação definidas no Guia de Crédito, relativamente aos créditos reestruturados por dificuldades financeiras do devedor.

Em situações em que exista reestruturação procede-se à identificação e marcação do crédito reestruturado por dificuldade financeiras do cliente, passando este a ser mais um indício de imparidade para a carteira de crédito especializado.

A aplicação da política de Write-Off de créditos, resulta sempre de créditos em que se encontram registadas as respectivas imparidades, sendo que as respectivas perdas de crédito resultam de valores considerados irrecuperáveis apenas após terem sido tomadas todas as diligências legais de cobrança e recuperação dos créditos de acordo com as políticas da Sociedade e quando as expectativas de recuperação desses créditos são muito reduzidas ou inexistentes, sendo desreconhecidos do balanço mediante a utilização das respectivas provisões para perdas por imparidade. Recuperações subsequentes de quantias anteriormente desreconhecidas são registadas em resultados.

O modelo de análise de provisões económicas utilizado pela sociedade inclui séries de informação histórica desde 1998, no entanto não contempla o sistema de notação interna.

Por forma a aferir a melhor estimativa no cálculo de imparidade à data em análise, é considerado o conhecimento e experiência com o cliente, antiguidade, histórica de perdas, incidentes, comportamento das cobranças, conjuntura e sector, situação junto das entidades tributárias e capacidade empresarial, bem como a situação perante os devedores, por forma a aferir a melhor estimativa no cálculo de imparidade à data em análise.

Existem políticas definidas, relativamente à detecção e reporte de não conformidades. É de relevar que todos os dados incluídos no modelo são cruzados na sua totalidade com a carteira de crédito às datas respectivas, não podendo existir diferenças. Internamente é elaborado pelo Departamento Financeiros e validado pelo Departamento de Controlo Interno e Risco. O modelo foi também sempre validado por auditores externos.

e) Outros Ativos tangíveis e Ativos intangíveis

Esta rubrica, entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, teve a seguinte evolução:

Rubrica	31-12-2013		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transfe-rências	31-12-2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Ativos intangíveis						
° Despesas de estabelecimento	319.110	(319.110)	-	-	-	-
° Custos plurianuais	88	(88)	-	-	-	-
° Sist. trat. autom. de dados	214.283	(207.784)	41.574	(17.686)	-	30.386
° Estudo de mercado	7.536	(7.536)	-	-	-	-
	<u>541.016</u>	<u>(534.518)</u>	<u>41.574</u>	<u>(17.686)</u>	<u>-</u>	<u>30.386</u>
Outros ativos tangíveis						
° Equipamento	454.242	(400.836)	13.218	(20.555)	-	46.070
Total	<u>995.259</u>	<u>(935.355)</u>	<u>54.792</u>	<u>(38.241)</u>	<u>-</u>	<u>76.456</u>

Rubrica	31-12-2012		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transfe-rências	31-12-2013
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Ativos intangíveis						
° Despesas de estabelecimento	319.110	(319.110)	-	-	-	-
° Custos plurianuais	88	(88)	-	-	-	-
° Sist. trat. autom. de dados	206.349	(201.956)	7.934	(5.828)	-	6.498
° Estudo de mercado	7.536	(7.536)	-	-	-	-
	<u>533.083</u>	<u>(528.690)</u>	<u>7.934</u>	<u>(5.828)</u>	<u>-</u>	<u>6.498</u>
Outros ativos tangíveis						
° Equipamento	447.855	(410.735)	38.487	(22.200)	-	53.407
Total	<u>980.938</u>	<u>(939.426)</u>	<u>46.420</u>	<u>(28.028)</u>	<u>-</u>	<u>59.905</u>

f) Ativos por impostos diferidos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Por diferenças temporárias (ver Nota 1 - c.13))	1.079.422	927.929
	<u>1.079.422</u>	<u>927.929</u>

As diferenças temporárias e o correspondente imposto diferido, decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2014</u>		<u>31-12-2013</u>	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Provisões não aceites fiscalmente:				
- Para riscos gerais de crédito	1.609.493	426.516	1.309.070	346.904
- Para crédito vencido com seguro de crédito	231.906	61.455	210.309	55.732
- Para crédito vencido	2.231.892	591.451	1.982.239	525.293
	<u>4.073.291</u>	<u>1.079.422</u>	<u>3.501.618</u>	<u>927.929</u>
Variação no exercício (ver Nota 3 - u))		<u>(151.493)</u>		<u>(140.065)</u>

g) Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Outros devedores diversos	-	-
Outros rendimentos a receber	24.074	28.666
Despesas com encargo diferido	74.164	64.788
Outras operações a regularizar:		
- Valores recebidos não identificados	1.301.183	602.808
- IRC pagamento por conta	1.335.891	911.787
- Outros a regularizar	411.473	44.217
	<u>3.146.786</u>	<u>1.652.266</u>

A variação da posição em balanço dos “Valores recebidos não identificados”, explica-se pelo volume de cobranças não afetas à liquidação de faturas em gestão quando do fecho do exercício a 31 de dezembro, o qual está relacionado com o volume de recebimentos que ocorrem nos últimos dias de cada ano. Estes valores, logo que identificados os devedores, são regularizados por contrapartida da conta de depósitos à ordem.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outras operações a regularizar – Outros a regularizar” é constituída por valores diversos em fase de regularização nas contas correntes dos aderentes.

h) Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
◦ Deutsche Bank (Portugal)	1.188.694	371.997
◦ Crédit Agricole, SA - U.K.	50.000.000	50.000.000
◦ Crédit Agricole, SA - França	150.286.861	71.984.981
◦ CAL&F - França	-	40.010.771
	<u>201.475.555</u>	<u>162.367.749</u>

i) Provisões

Esta rubrica é relativa a provisões para risco geral de crédito associadas à rubrica de crédito a clientes (ver Nota 1- c.4). As provisões para crédito vencido (risco específico), estão apresentadas na Nota 3 - d).

O saldo desta rubrica é o seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Saldo inicial	1.551.961	1.222.532
Aumento	300.423	329.429
Transferência	-	-
Saldo final	<u>1.852.384</u>	<u>1.551.961</u>

j) Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Credores e outros recursos:		
IVA a pagar	18	35
Retenção de impostos na fonte	139.388	127.440
Contribuições para a segurança social	20.508	19.784
Credores por contratos de factoring	22.715.593	28.343.936
Credores por fornecimento de bens	1.999	3.266
Outros credores	67.789	70.525
	<u>22.945.294</u>	<u>28.564.986</u>
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	325.077	288.114
Por gastos administrativos	474.608	391.242
Outros encargos a pagar	15.728	11.609
	<u>815.413</u>	<u>690.965</u>
Outras contas de regularização		
Outras contas a regularizar		
Operações de factoring	1.282.085	736.079
IRC a regularizar (Nota 3 – u)	1.767.807	1.473.442
Diversos	717	10
	<u>3.050.608</u>	<u>2.209.531</u>
	<u>26.811.315</u>	<u>31.465.483</u>

Os “Credores por contratos de factoring” representam 85% em 2014 (90% em 2013) dos “Outros passivos”. Esta rubrica diz respeito à componente dos créditos tomados com cobertura de risco não financiados. A relação entre o saldo de “Credores por contratos de factoring” e o saldo de “Créditos a clientes” (Nota 3 – d), foi de 9% em 2014 (13% em 2013). As variações destes saldos estão diretamente relacionadas entre si e dependem da percentagem média de financiamento, rotação das cobranças e montante e sazonalidade dos créditos tomados.

k) Capital

Esta rubrica apresenta a seguinte evolução e situação a 31 de dezembro de 2014:

	Saldo 31-12-2013	Movimento do período		Saldo 31-12-2014
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	14.000.000	-	-	14.000.000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102.473	-	-	102.473
Reservas legais	1.536.473	488.540	-	2.025.012
Resultados transitados	6.171.381	2.768.390	-	8.939.771
Resultado líquido				
◦ Exercício de 2013	3.256.930		3.256.930	-
◦ Exercício de 2014	-	4.049.823	-	4.049.823
	<u>25.067.257</u>	<u>7.306.753</u>	<u>3.256.930</u>	<u>29.117.079</u>

	Saldo 31-12-2012	Movimento do período		Saldo 31-12-2013
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	10.000.000	4.000.000	-	14.000.000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102.473	-	-	102.473
Reservas legais	1.241.767	294.706	-	1.536.473
Resultados transitados	4.501.382	1.669.999	-	6.171.381
Resultado líquido				
◦ Exercício de 2012	1.964.705		1.964.705	-
◦ Exercício de 2013	-	3.256.930	-	3.256.930
	<u>17.810.327</u>	<u>9.221.635</u>	<u>1.964.705</u>	<u>25.067.257</u>

Em 31 de dezembro de 2014 o capital, integralmente subscrito e realizado, é de catorze milhões de euros, dividido em dois milhões e oitocentas mil ações, com valor nominal de cinco euros, cada uma.

A rubrica “Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas” expressa o impacto da aplicação das NCA’s em 31 de dezembro de 2005 e teve como contrapartida as seguintes rubricas:

Impostos diferidos	108.258
Anulação de custos plurianuais	(5.785)
	<u>102.473</u>

Nos termos legais, a Sociedade deverá constituir as seguintes reservas que não estão disponíveis para distribuição:

Reserva legal pela aplicação de pelo menos 10% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital.

Reserva especial pela aplicação de pelo menos 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital, destinada a cobrir as depreciações do ativo ou os prejuízos que a demonstração de resultados não possa suportar.

De acordo com a proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral de 18 de março de 2014, o resultado do exercício de 2013, foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	325.693,00
Para reserva especial	162.846,50
Para dividendos	-
Para resultados transitados	<u>2.768.390,47</u>
	<u>3.256.929,97</u>

I) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma

Foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013 o estudo atuarial relativo às responsabilidades decorrentes do seguro para complemento de reforma afeto ao Plano de Reformas de Benefício Definido, segundo o qual, cada participante ao atingir a idade normal de reforma, ao serviço da EUROFACTOR (segurado), deverá ter disponível um capital igual a catorze vezes o salário mensal auferido nessa data. Pelo menos dois terços desse capital deve ser pago sob a forma de prestação pecuniária mensal vitalícia, podendo a diferença ser paga sob a forma de capital.

O cálculo atuarial tem subjacente os seguintes dados, pressupostos e metodologia:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Dados:		
- Número de participantes beneficiários no ativo	23	22
- Datas de nascimento dos beneficiários no ativo	sim	sim
- Datas de admissão na Empresa	sim	sim
- Salários dos participantes no início do ano seguinte	sim	sim
- Beneficiários no activo com 65 ou mais anos	0	0
- Reformados a beneficiar do complemento de reforma	0	0
- Massa Salarial Anual (14 Meses) (€)	684.892	580.009
Pressupostos:		
- Taxa anual de crescimento salarial	2,0%	2,0%
- Taxa anual de rendimento	3,0%	3,0%
- Taxa de desconto utilizada na avaliação	3,0%	3,0%
- Data de referência dos cálculos	01-01-2015	01-01-2014
- Idade Normal de Reforma (anos)	66	66
- Tábua de Mortalidade	TPRV 93	TPRV 93
Método de cálculo utilizado:		
- Projected Unit Credit Cost Method	sim	sim

Os resultados da avaliação atuarial do seguro de complemento de reforma e os indicadores em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são os seguintes:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Resultados da avaliação atuarial:		
Responsabilidades por serviços futuros	335.855	294.513
Responsabilidades por serviços passados	a) 170.103	147.650
Responsabilidades totais	<u>505.958</u>	<u>442.164</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Situação em 1 de Janeiro	183.295	162.659
Contribuições efectuadas no exercício	7.218	15.491
Rendimento do fundo de pensões	5.825	5.145
Pensões pagas	-	-
Situação em 31 de Dezembro	b) <u>196.338</u>	<u>183.295</u>
Excesso/(Insuficiência) de cobertura c) = b) - a)	<u>26.235</u>	<u>35.645</u>
Percentagem de cobertura das responsabilidades por serviços passados	<u>115%</u>	<u>124%</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as demonstrações financeiras da Sociedade registaram na rubrica de custos com pessoal as contribuições de, respetivamente, €7.218 e €15.491.

Cada segurado, integrado nestes seguros de grupo, participa nos fundos autónomos, não através de unidades específicas de valor (ex. UPs) mas em função do saldo da sua conta poupança verificado a 31 de dezembro:

Saldo da Conta Poupança:	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Apólice Recogan nº 433.712	45.172	43.434
Apólice RecoganXXI nº 482.271	151.166	139.860
Total do Saldo da Conta Poupança:	<u>196.338</u>	<u>183.295</u>

O saldo da Conta Poupança é ajustado anualmente tendo em conta a cobertura no imediato das Responsabilidades por Serviços Passados e a cobertura, no médio e longo prazo, das Responsabilidades por Serviços Futuros.

Em 2014, a rentabilidade verificada das apólices Recogan nº 433.712 e RecoganXXI nº 482.271, foi, respetivamente de 4,2% e 3,0% (2013: 4,2% e 3,0%, respetivamente).

A composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013, associada a dois fundos autónomos, que correspondem respetivamente a duas apólices distintas, é a seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Recogan, apólice nº 433.712, composição:		
Obrigações	96,0%	96,0%
Fundos de Obrigações	0,0%	0,0%
Ações	0,0%	0,0%
Fundos de Ações	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários	4,0%	4,0%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>
RecoganXXI, apólice nº 482.271, composição:		
Obrigações	89,9%	89,9%
Fundos de Obrigações	5,5%	5,5%
Ações	2,1%	2,1%
Fundos de Ações	2,4%	2,4%
Fundos Imobiliários	0,1%	0,1%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

As apólices de seguro estão inseridas num Fundo de Investimento Autónomo cujos valores das provisões matemáticas estão representados em ativos, cuja composição obedece às regras prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal.

Na composição dos fundos de complemento de reforma, não se encontra nenhum: (1) ativo que esteja a ser utilizado pela Sociedade e (2) título emitido pela Sociedade.

A gestão destes fundos está a cargo da Groupama Asset Management.

m) Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Garantias recebidas		
Por cartas de crédito "stand-by"	40.000.000	43.000.000
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito revogáveis	310.841.122	253.415.862
Compromissos assumidos por terceiros		
Por linhas de crédito irrevogáveis	220.000.000	187.000.000
Responsabilidades por prestações de serviços		
De cobrança de Valores		
Faturas de Factoring Import	1.002.109	1.844.114
Contratos com recurso - Faturas não financiadas	<u>37.326.896</u>	<u>53.809.140</u>
	<u>609.170.128</u>	<u>539.069.116</u>

n) Margem financeira

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades	444	786
Crédito a clientes de factoring	5.114.762	4.546.951
Comissões relacionadas com o factoring	<u>4.295.507</u>	<u>4.005.745</u>
	<u>9.410.713</u>	<u>8.553.482</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de instituições de crédito no País	17.438	9.252
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	<u>667.276</u>	<u>1.120.151</u>
	<u>684.714</u>	<u>1.129.403</u>
Margem financeira	<u>8.725.999</u>	<u>7.424.079</u>

o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de serviços relacionados com o factoring	<u>169.571</u>	<u>195.827</u>
Encargos com serviços e comissões		
Comissões de garantias recebidas	45.088	53.589
Por serviços bancários prestados por terceiros	411.328	349.768
Outros	<u>93.481</u>	<u>131.919</u>
	<u>549.897</u>	<u>535.276</u>

p) Resultados líquidos diversos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
De alienação de outros ativos		
Outros ativos tangíveis	<u>-</u>	<u>(4.000)</u>

q) Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Outros impostos	(144.584)	(112.982)
Outros encargos e gastos operacionais		
Quotas	(17.012)	(13.940)
Outros	(20)	(56)
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Reembolso de despesas	113.544	73.942
Recuperação de créditos, juros e despesas	14.490	157
Recebimentos de prestação de serviços diversos	173.626	225.841
Outros	<u>39.478</u>	<u>114.466</u>
	<u>179.521</u>	<u>287.427</u>

r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	-	-
Remunerações de empregados	862.612	832.766
Encargos sociais obrigatórios	199.879	195.876
Outros custos com o pessoal	204.349	201.708
	<u>1.266.840</u>	<u>1.230.350</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	26.327	20.078
Material de consumo corrente	18.624	23.625
Publicações	780	618
Material de higiene e limpeza	3.988	3.320
Outros fornecimentos	4.284	5.095
	<u>54.003</u>	<u>52.736</u>
Com serviços		
Rendas e alugueres	292.042	291.760
Comunicações	60.711	56.854
Deslocações, estadas e representação	34.523	33.486
Publicidade e edição de publicações	12.156	12.104
Conservação e reparação	3.743	4.815
Formação de pessoal	11.010	208
Seguros	410.564	381.283
Serviços especializados	89.726	102.075
Outro serviços	301.915	179.416
	<u>1.216.391</u>	<u>1.062.001</u>
	<u>1.270.393</u>	<u>1.114.737</u>

A informação constante nesta nota visa dar cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 do aviso 10/2011 do Banco de Portugal e deverá ser analisada em conjunto com a política de remuneração dos órgãos sociais apresentada no relatório do conselho de administração.

Ao longo de 2014 foram efectuadas três novas contratações, duas celebradas através de contratos a termo certo e uma através de contrato por tempo indeterminado.

No que respeita a demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art. 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011, durante o exercício de 2014 verificou-se o seguinte:

	<u>31-12-2014</u>		<u>31-12-2013</u>	
	<u>Nº Colaboradores</u>	<u>Valor indemnização</u>	<u>Nº Colaboradores</u>	<u>Valor indemnização</u>
Demissões				
Órgãos de gestão e fiscalização	-	-	-	-
Empregados	2	4.505	-	-
	<u>2</u>	<u>4.505</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

s) Efetivos

O efetivo anual de pessoal ao serviço da EUROFACTOR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Diretores	4	4
Administrativos	<u>28</u>	<u>27</u>
	<u><u>32</u></u>	<u><u>31</u></u>

t) Amortizações do exercício

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Ativos tangíveis		
Equipamento	<u>20.555</u>	<u>22.200</u>
Ativos intangíveis		
Software	<u>17.686</u>	<u>5.829</u>
	<u><u>38.241</u></u>	<u><u>28.029</u></u>

u) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama.

- Nos termos da legislação atualmente em vigor, a estimativa da matéria coletável em IRC para o exercício de 2014, ascendeu a €6.530.655. A diferença apurada entre o lucro contabilístico de 2014 e o respetivo lucro fiscal, resulta essencialmente da sujeição a tributação das provisões criadas no exercício para crédito vencido e provisões económicas acima dos mínimos exigidos pelas normas do Banco de Portugal (ver Notas 1 – c.4) e 3 – f)).
- O encargo com o IRC em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foi de €1.767.807, €1.475.001 e €926.044, respetivamente. Os encargos relativos a 2013 e 2012 foram integralmente pagos.

No exercício de 2014 foram contabilizados Impostos Diferidos Ativos no montante de €151.493 (2013: €140.065).

Estes impostos diferidos estão relacionados com o reforço de provisões no exercício para risco geral de crédito, para o crédito vencido, e para o crédito

vencido coberto por apólice de seguro de crédito, segundo as normas do Banco de Portugal, mas não aceites como custos pelas autoridades fiscais.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício, é como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Imposto corrente	1.767.807	1.475.002
Imposto diferido (ver Nota 3 - f))	<u>(151.493)</u>	<u>(140.065)</u>
Total do imposto registado em resultados (1)	<u>1.616.313</u>	<u>1.334.937</u>
Resultado antes de impostos (2)	<u>5.697.940</u>	<u>4.591.867</u>
Carga fiscal [(1)/(2)]	<u>28,37%</u>	<u>29,07%</u>

A taxa nominal de impostos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
IRC 25,0% sobre Matéria Coletável	n.a.	25,0%
IRC 23,0% sobre Matéria Coletável	23,0%	n.a.
IRC 3,0% sobre Matéria Coletável > €1.500.000	3,0%	3,0%
DERRAMA (1,5% * Matéria Coletável total)	<u>1,5%</u>	<u>1,5%</u>
Taxa nominal de impostos	<u>27,5%</u>	<u>29,5%</u>

Reconciliação entre o custo do exercício com o imposto corrente e o saldo em balanço:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Reconhecimento como custo do exercício	1.767.807	1.473.442
Pagamentos por conta	<u>(1.335.891)</u>	<u>(911.787)</u>
Saldo corrente a pagar / (receber)	<u>431.916</u>	<u>561.655</u>

Em 2014 e 2013, registados em Ativos e Passivos por impostos correntes.

v) Risco de crédito (IFRS 7)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, correspondia aos seguintes montantes:

<u>Tipo de instrumento financeiro</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor contabilístico bruto</u>	<u>Imparidade (provisões)</u>	<u>Valor contabilístico líquido</u>
Posição a 31/12/14:				
Crédito a clientes	252.431.057	252.431.057	4.134.085	248.296.972
Posição a 31/12/13:				
Crédito a clientes	220.831.885	220.831.885	4.512.330	216.319.555

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o crédito e juros vencidos, apresenta a seguinte composição:

<u>31-12-2014</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Total</u>
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	23.069.870	142.185	0	0	3.563.302	26.775.357
Imparidade (provisões)	(428.598)	(142.185)	(0)	(0)	(3.563.302)	(4.134.085)
	22.641.271	-	-	-	-	22.641.271
<u>31-12-2013</u>						
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	18.593.590	138.937	201	785.328	3.439.463	22.957.519
Imparidade (provisões)	(148.401)	(138.937)	(201)	(785.328)	(3.439.463)	(4.512.330)
	18.445.189	-	-	-	-	18.445.189

w) Risco de liquidez (IFRS 7)

Em 31 de dezembro de 2014, os prazos contratuais residuais, relativos aos Ativos e passivos financeiros, apresentam a seguinte estrutura:

<u>31-12-2014</u>	<u>À vista</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Indeter- minado</u>	<u>Total</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	742	-	-	-	-	-	-	742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.592.357	-	-	-	-	-	-	6.592.357
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Crédito a clientes	225.655.700	22.641.271	-	-	-	-	-	248.296.972
	232.248.799	22.641.271	-	-	-	-	1.000	254.891.071
Recursos de outras instituições de crédito	53.202.555	89.023.000	46.250.000	3.000.000	10.000.000	-	-	201.475.555
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	53.202.555	89.023.000	46.250.000	3.000.000	10.000.000	-	-	201.475.555
<u>31-12-2013</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.078	-	-	-	-	-	-	1.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.490.717	-	-	-	-	-	-	1.490.717
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Crédito a clientes	197.874.366	18.445.189	-	-	-	-	-	216.319.555
	199.366.161	18.445.189	-	-	-	-	1.000	217.812.351
Recursos de outras instituições de crédito	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	162.367.749
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	162.367.749

Os *cash-flows* futuros não descontados dos passivos financeiros, são os seguintes:

	À vista	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Indeter- minado	Total
31-12-2014								
Recursos de outras instituições de crédito	53.202.555	89.023.000	46.250.000	3.000.000	10.000.000	-	-	201.475.555
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	53.202.555	89.023.000	46.250.000	3.000.000	10.000.000	-	-	201.475.555
31-12-2013								
Recursos de outras instituições de crédito	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	162.367.749
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.371.997	52.745.752	45.000.000	14.250.000	40.000.000	-	-	162.367.749

x) Risco cambial (IFRS 7)

A EUROFACTOR assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus ativos e passivos (justo valor e fluxos de caixa).

A prevenção de riscos de liquidação das operações cambiais, faz parte do manual de controlo interno da EUROFACTOR e preenche os princípios e recomendações da Instrução nº 72/96 do Banco de Portugal.

Não existem riscos cambiais significativos na atividade de crédito desenvolvida pela EUROFACTOR. De facto, por normativo interno, está vedada a realização de qualquer operação de crédito ou de cobertura de risco de crédito que comporte riscos cambiais.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos categorizados por tipo de moeda, em que a Sociedade estava exposta a risco de flutuações de taxa de câmbio. Os montantes apresentados na tabela abaixo, são os valores de balanço dos ativos e passivos convertidos à taxa de câmbio das datas de balanço.

31 de Dezembro de 2014

	EUR	GBP	USD	CHF	DKK	Total
Ativos						
Caixa	433	309	-	-	-	742
Disponibilidades em O.I.C's	2.225.741	1.754.616	2.612.000	-	-	6.592.357
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.000	-	-	-	-	1.000
Crédito a clientes - líquido de provisões	237.070.882	7.103.714	3.474.080	78.925	569.370	248.296.972
Ativos Tangíveis - líquido de amortizações	46.070	-	-	-	-	46.070
Ativos intangíveis - líquido de amortizações	30.386	-	-	-	-	30.386
Activos não correntes detidos para venda	62.600	-	-	-	-	62.600
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	1.079.422	-	-	-	-	1.079.422
Outros Ativos	3.146.786	-	-	-	-	3.146.786
Total do Ativos (a)	243.663.319	8.858.639	6.086.080	78.925	569.370	259.256.334
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	187.014.321	8.275.736	5.608.000	66.997	510.501	201.475.555
Provisões	1.852.384	-	-	-	-	1.852.384
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	25.679.535	582.903	478.080	11.928	58.869	26.811.315
	214.546.239	8.858.639	6.086.080	78.925	569.370	230.139.254
Capital próprio						
Capital	14.000.000	-	-	-	-	14.000.000
Outras reservas e resultados transitados	11.067.257	-	-	-	-	11.067.257
Resultado do exercício	4.049.823	-	-	-	-	4.049.823
	29.117.080	-	-	-	-	29.117.080
Total do Passivo e Capital próprio (b)	243.663.319	8.858.639	6.086.080	78.925	569.370	259.256.334
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2014 [(a)-(b)]	-	-	-	-	-	-
Exposições extrapatrimoniais	38.329.006	-	-	-	-	38.329.006
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	310.841.122	-	-	-	-	310.841.122

31 de Dezembro de 2013

	EUR	GBP	USD	CHF	DKK	Total
Ativos						
Caixa	769	309	-	-	-	1.078
Disponibilidades em O.I.C's	679.824	487.655	323.238	-	-	1.490.717
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.000	-	-	-	-	1.000
Crédito a clientes - líquido de provisões	204.423.816	5.365.793	6.148.332	-	381.615	216.319.555
Ativos Tangíveis - líquido de amortizações	53.407	-	-	-	-	53.407
Ativos intangíveis - líquido de amortizações	6.498	-	-	-	-	6.498
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	927.929	-	-	-	-	927.929
Outros Ativos	1.652.266	-	-	-	-	1.652.266
Total do Ativos (a)	207.745.508	5.853.757	6.471.569	-	381.615	220.452.450
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	151.257.330	4.835.184	5.951.846	-	323.389	162.367.749
Provisões	1.439.054	47.822	61.270	-	3.816	1.551.961
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	29.658.089	1.063.677	706.499	-	37.218	31.465.483
	182.354.473	5.946.682	6.719.615	-	364.423	195.385.193
Capital próprio						
Capital	14.000.000	-	-	-	-	14.000.000
Outras reservas e resultados transitados	7.810.327	-	-	-	-	7.810.327
Resultado do exercício	3.256.930	-	-	-	-	3.256.930
	25.067.257	-	-	-	-	25.067.257
Total do Passivo e Capital próprio (b)	207.421.730	5.946.682	6.719.615	-	364.423	220.452.450
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2013 [(a)-(b)]	323.778	(92.925)	(248.045)	-	17.192	-
Exposições extrapatrimoniais	54.256.791	679.332	717.130	-	-	55.653.254
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	240.566.061	9.201.993	3.431.560	-	216.248	253.415.862

y) Análise de sensibilidade ao risco

A atividade da Sociedade é sobretudo sensível às variações das taxas de juro, tanto pela via do financiamento como pela do refinanciamento. Face à variação de mais/menos de 0,1% na taxa de juro, os efeitos médios na conta de resultados em 31 de dezembro de 2014, seriam os seguintes:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Parâmetros implicados na análise:		
- Taxa de referência	Euribor 3 M	Euribor 3 M
- Refinanciamento em "Outras instituições de crédito"	201.475.555	162.367.749
- Financiamento a clientes	229.763.959	192.564.391
- Tempo médio de realinhamento de taxas em "Crédito a clientes"	1 Mês	1 Mês
Efeitos nos resultados:		
a) Subida das taxas de juro	0,10%	0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	16.790	13.531
a) Descida das taxas de juro	-0,10%	-0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	<u>(16.790)</u>	<u>(13.531)</u>
% do efeito na variação do Resultado Líquido (+ / -)	<u>0,41%</u>	<u>0,42%</u>

z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização

a) Montante das remunerações atribuídas no exercício:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
- ao Conselho de Administração	0	0
- ao Fiscal Único	24.700	22.000

b) Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros do órgão de administração e de fiscalização: Não aplicável;

c) Montante de adiantamentos e créditos e compromissos assumidos por conta do Conselho de Administração e do Fiscal Único a título de garantia de qualquer espécie: Não aplicável.

aa) Transações com partes relacionadas

Entidade	Descrição	31-12-2014		31-12-2013	
		Balço		Balço	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CAL&F	Recursos de Instituições de Crédito	-	-	-	40.000.000
	Juros a pagar	-	-	-	10.771
CA-CIB(a)	Disponibilidades	191.400	-	305.657	-
Credit Agricole	Disponibilidades	11.593	-	105.009	-
	Recursos de Instituições de Crédito	-	200.272.540	-	121.951.528
	Juros a pagar	-	14.321	-	33.453
CAL&F	Comissões a receber	25	-	25	-
	Comissões a pagar	-	13.667	-	13.663
	Comissões a pagar (St. By Letter)	-	23.300	-	25.889
	Custos diversos a pagar	-	124.150	-	144.761
Eurofactor Espanha	Comissões a receber	10.968	-	10.971	-
	Comissões a pagar	-	92.687	-	36.731
Eurofactor Outros(b)	Comissões a receber	1.841	-	3.325	-
	Comissões a pagar	-	10.904	-	16.114
Total em balanço		215.828	200.551.568	424.986	162.232.911
		Extrapatrimonial		Extrapatrimonial	
Credit Agricole	Linhas de crédito	-	220.000.000	-	142.000.000
CAL&F	Linhas de crédito	-	-	-	40.000.000
	Stand-by letters	-	40.000.000	-	43.000.000
Total em Extrapatrimonial			260.000.000		225.000.000
		Demonstração de Resultados		Demonstração de Resultados	
		Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
Credit Agricole	Juros de empréstimos	639.824	-	464.641	-
CAL&F	Juros de empréstimos	27.369	-	655.509	-
	Comissões (St-By Letters)	45.088	-	53.589	-
	Comissões diversas	37.316	-	14.027	-
	Custos/Proveitos diversos	236.047	-	178.678	-
Eurofactor Espanha	Comissões diversas	92.687	12.500	90.047	17.326
Eurofactor Outros(b)	Comissões diversas	121.697	2.856	111.466	2.109
Total na Demonstração de Resultados		1.200.028	15.356	1.567.958	19.435

(a) CA-CIB em Espanha e Inglaterra; (b) Filiais na Alemanha, Bélgica e Itália.

ab) Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Imóvel Portimão - resultante da recuperação de créditos em contencioso	62 600	-
	62 600	-

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita no ponto 17) das principais políticas contabilísticas.

Esta rubrica inclui imóveis detidos para venda, recebidos por recuperação de créditos em processos de contencioso.

Os referidos ativos ficaram disponíveis para venda imediata, no entanto e face às atuais condições de mercado ainda não foi possível concretizar a sua alienação.

A estratégia de alienação consubstancia-se na procura ativa de compradores, tendo a Eurofactor Portugal contratos com mediadores para promoção das vendas.

O preço é analisado e ajustado com vista á permanente adequação ao mercado.

ac) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Numerário	742	1 078
Disponibilidades sobre outras instituições de crédito:		
Depósitos à Ordem	<u>6 592 357</u>	<u>1 490 717</u>
	<u>6 593 099</u>	<u>1 491 795</u>

ad) Consolidação de contas

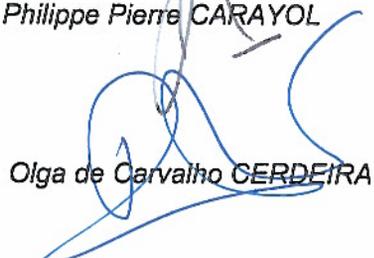
As contas da Sociedade são consolidadas nas contas do CAL&F, S.A.. As contas do CAL&F, SA podem ser obtidas diretamente na sua Sede, 12 Place des Etats-Unis - 92120 Montrouge – Paris (France).

Diretora Financeira


Martinha MARTINS

O Conselho de Administração:


Philippe Pierre CARAYOL


Olga de Carvalho CERDEIRA


Eugénie Aurange BOUCQUEY

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 259 266 milhares de euros e um total de capital próprio de 29 117 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4 050 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”) emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

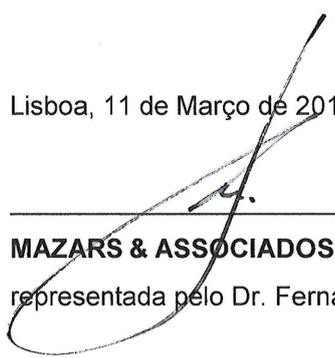
OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring SA** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de Março de 2015



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2014, a actividade da **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring, SA**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço e a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 2º Que não existem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 11 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SROC

representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)



contactos internacionais

Eurofactor - Alemanha
Bajuwarenring 3
D-82041 Oberhaching perto de Munique
Alemanha
Tel.: +49 89 959095-900
www.eurofactor.de

Eurofactor - Benelux
Rue du Trone 60
1050 Bruxelles
Bélgica
Tel.: +32 2 643 63 63
www.eurofactor.be

Eurofactor - Espanha
1, Paseo de la Castellana
28046 Madrid
Espanha
Tel.: +34 91 781 90 80
www.eurofactor.es

Crédit Agricole Leasing & Factoring - França
12 Place des Etats-Unis
92120 Montrouge
França
Tel.: +33 (0) 1 43 23 70 70
www.ca-leasingfactoring.com

Eurofactor - Itália
Viale Stelvio 70
20159 Milano
Itália
Tel.: +39 02 890 40 000
www.ca-commercialfinance.it

Crédit Agricole Commercial Finance - Polónia
Ul. Walicow 11
00-851 Warszawa
Polónia
Tel.: +48 22 583 95 08
www.ca-commercialfinance.pl



contactos nacionais

Sede Lisboa
Edifício Omni
Av. Duque d'Ávila, 141, 3º dto
1050-081 Lisboa
Tel.: + 351 21 319 00 10
Fax: + 351 21 319 00 29
E-mail: eurofactor@eurofactor.pt

www.eurofactor.pt

Centro Negócios Porto
Edifício Bessa Leite Offices
Rua Brigadeiro Nunes da Ponte, 114, piso 0
4150-036 Porto
Tel.: + 351 22 605 41 52
Fax: + 351 22 605 43 57
E-mail: eurofactor@eurofactor.pt